

Oposição pedirá apoio de ACM para apurar corrupção

Marcelo de Moraes

De Brasília

Uma semana depois de defenderem a abertura do processo de cassação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) por quebra do decoro parlamentar, os partidos de oposição anunciam ontem que desistiram da idéia. A oposição argumentava que a quebra de decoro estaria configurada em função da conversa do senador com procuradores da República na qual teria admitido conhecer votos secretos dados no painel do Senado.

Liderado pelo PT, o novo movimento da oposição deu uma guinada completa, preferindo defender a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as irregularidades dentro do governo envolvendo denúncias de corrupção dentro dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além da suposta atuação do ex-secretário da Presidência Eduardo Jorge Caldas Pereira no escândalo de superfaturamento da obra do edifício sede do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP).

Além de recuar no pedido de cassação, a oposição quer ter o apoio do senador baiano e seus seguidores para conseguir as assinaturas necessárias para instalar uma CPI mista (com participação de deputados e senadores). De Miami, onde está passando o período do Carnaval, Antonio Carlos já mandou avisar que está disposto a assinar a CPI, mas impõe condições. Assina o documento contanto que a CPI inclua também investigações sobre a suposta participação do presidente do Senado, Jader Barbalho, em irregularidades no Pará, em 1984.

Na semana passada, o PT bateu forte em ACM, depois da divulgação pela revista "IstoÉ" de conversas do senador baiano com procuradores da República. Na conversa, ACM teria admitido que tinha controle sobre o painel de votações do Senado mesmo em votações secretas. Segundo a revista, ACM teria afirmado ainda que a senadora Heloísa Helena (PT-AL) tinha votado contra a cassação do senador Luiz Estevão

(PMDB-DF). Além disso, no encontro com os procuradores, ACM também teria admitido que atuou a favor do governo para impedir a abertura de uma CPI para investigar Eduardo Jorge.

No primeiro momento, os petistas acharam que esses três aspectos eram suficientes para determinar o pedido de cassação de ACM. Agora, amenizaram o discurso, preferindo apresentar apenas um requerimento para que a Mesa Diretora do Senado investigue os dados da "IstoÉ" enquanto dá prioridade à CPI. "O próprio procurador da República Luiz Francisco de Souza admite que a fita com a conversa foi destruída, ACM disse que não afirmou o que está na revista. O melhor é investirmos esforços no pedido de abertura da CPI", afirmou o presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP).

Dirceu, porém, soltou ontem uma nota oficial duríssima contra o senador baiano. Na nota, Dirceu diz que ACM cometeu "no mínimo, crime de prevaricação ao obstruir, ocultar e não denunciar as irregularidades que, agora, afirma que o governo praticou". Dirceu afirma que os últimos acontecimentos mostram que a coalizão que administra o governo atingiu um alto "grau de decomposição moral e política".

Na nota, Dirceu lembra que ACM sempre trabalhou a favor do governo. "A verdade nua e crua é que ACM participou do condomínio que governa, desde sua formação. Mais do que isso, foi seu principal articulador e, com o PMDB, exerceu o poder não só na Bahia, como na República. Participou ativamente de todo o processo de obstrução — na verdade, o dirigiu em muitos momentos — das investigações à respeito das principais denúncias contra o governo de Fernando Henrique Cardoso. Nenhum dos escândalos do governo FHC foi investigado por CPIs: compra de votos na reeleição, privatizações, projeto Sivam, grampo da Telebrás, o caso Eduardo Jorge, o caixa-dois da campanha. E ACM foi o principal fiador e articulador da rejeição dos pedidos de CPIs que o PT e a oposição apresentaram", afirma.